

Coessão regional

Açores estão na mediana da disparidade regional

Os Açores classificaram-se na mediana do país em termos de disparidade regional, em 2021 e manteve o mesmo valor em 2022 (dados provisórios), segundo revela o INE.

Considerando as regiões NUTS II, a Área Metropolitana de Lisboa destacava-se em 2021 como a região com o índice de disparidade regional do PIB per capita mais elevado (127,3), embora inferior a 2020 (128,4).

Com menor expressão (104,6), o Algarve também apresentava o índice de disparidade regional do PIB per capita superior à média nacional, tendo aumentado face a 2020 (99,9). As restantes regiões NUTS II apresentavam índices inferiores à média nacional, sendo o Norte a região com o menor índice (87,0) seguido do Centro (88,2).

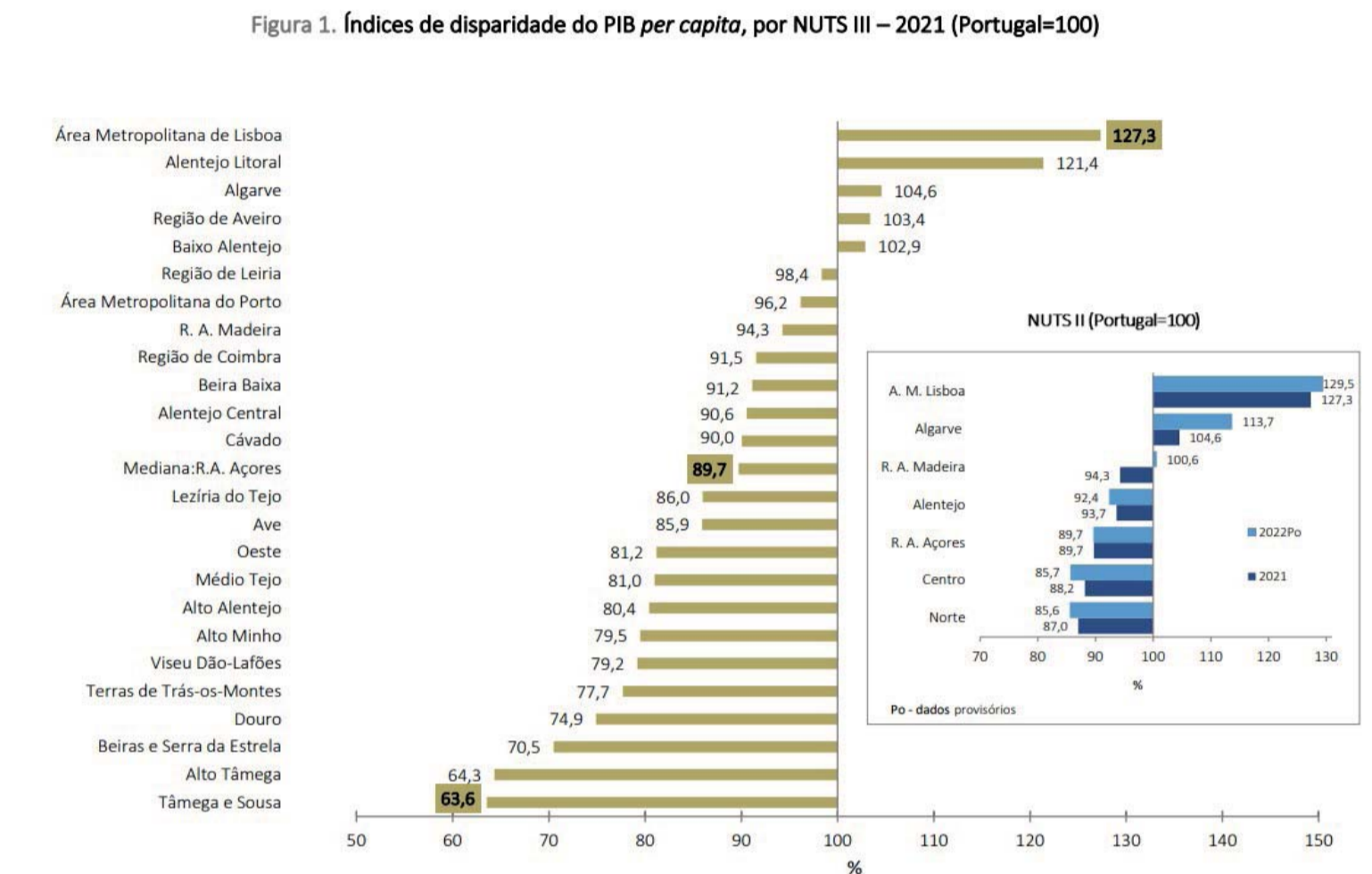
Os Açores, com 89,7, mantiveram em 2022 o mesmo valor do ano anterior, ficando acima do Centro e do Norte.

Em relação a 2021, os Açores estão na mediana de entre as 25 regiões do país.

A Madeira está muito acima dos Açores, com um bom desempenho.

Em 2022, de acordo com os dados provisórios, para além da Área Metropolitana de Lisboa e do Algarve, também a Região Autónoma da Madeira apresentava o índice de disparidade regional do PIB per capita superior à média nacional, com os valores de, respectivamente, 129,5, 113,7 e 100,6, superiores aos de 2021.

Os dados provisórios de 2022



indicam um aumento da disparidade regional do PIB per capita, tendo o índice da região Norte diminuído 1,4 p.p. e o da Área Metropolitana de Lisboa aumentado 2,2 p.p..

Em 2022, as assimetrias do PIB per capita entre as vinte e cinco regiões NUTS III, atingiram a sua expressão

máxima na comparação do índice da Área Metropolitana de Lisboa (127,3) com o da região Tâmega e Sousa (63,6), tal como acontecia em 2020. No entanto, verificou-se uma ligeira diminuição da disparidade regional, tendo a diferença entre as duas regiões diminuído de 64,8 p.p. em 2020, para 63,7 em

2021, em resultado da diminuição (1,1 p.p.) do índice da Área Metropolitana de Lisboa, e o do Tâmega e Sousa ter permanecido igual.

A mediana deste indicador aumentou de 88,7 para 89,7, indicando também uma diminuição da disparidade, conclui o INE

SCUT poderá custar à Região 785 milhões de euros devido a “projeções irrealistas”

O contrato de concessão relativo à SCUT (sem custos para o utilizador) da ilha de São Miguel, poderá custar à Região 785,5 milhões de euros, revela uma auditoria do Tribunal de Contas (TdC).

De acordo com o relatório, o contrato de concessão rodoviária assinado em 2006 pelo então Governo Regional, liderado pelo socialista Carlos César, e a empresa Euroscut-Açores, pelo prazo de 30 anos, já custou à Região, até final do ano passado, 323,4 milhões de euros.

“Estima-se que o valor nominal dos encargos a suportar pela Região Autónoma dos Açores com o pagamento de portagens virtuais, até ao termo da concessão, em 2036, ascenda a 785,5 milhões de euros (com o IVA incluído, à taxa de 16%),” conclui agora o TdC.

Os juízes conselheiros alertam, no entanto, para a possibilidade de



os cofres da Região terem de vir a suportar eventuais encargos adicionais, com esta concessão rodoviária, por via de indemnizações a pagar à

concessionária, uma vez que as projeções iniciais de tráfego automóvel foram “irrealistas”.

“Em termos médios, o tráfego real ficou 31% aquém das estimativas vertidas no cenário de referência adotado (...), circunstância reveladora do irrealismo dos pressupostos subjacentes à elaboração desta peça contratual”, refere o relatório da auditoria.

Estas “projeções de tráfego sobrestimadas” poderão vir a desencadear, segundo o TdC, um eventual processo de reequilíbrio financeiro por parte da concessionária, adiantando que é “elevado o risco de a Região Autónoma dos Açores vir a ser confrontada com o pagamento de compensações financeiras “desproporcionadas aos danos que visam reparar”.

Nesse sentido, o Tribunal estima que o Governo Regional tenha de

vir a desembolsar mais 141 milhões de euros, a título de compensação à empresa que realizou a obra, que considera serem “susceptíveis de implicar uma pressão adicional sobre as finanças públicas regionais”.

A auditoria do TdC surge na sequência de uma proposta, aprovada por unanimidade no Parlamento açoriano, em Janeiro de 2022, da autoria da bancada do BE, que defendia a necessidade da haver “mais transparência nas contas públicas” regionais, em relação ao impacto das SCUT, considerada “a maior obra pública dos Açores”.

“Os dados disponíveis sobre pagamentos públicos ao consórcio que executou e financiou a SCUT são pouco claros e, de forma constante, apresentam pagamentos muito superiores às estimativas iniciais”, alertou, na altura, o líder parlamentar bloquista, António Lima.